



Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª

(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 138.º-A

Programa Nacional face às erosões costeiras e dragagem de zonas portuárias

A Agência Portuguesa do Ambiente em articulação com a Associação dos Portos de Portugal e as Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, de três em três anos procede à atualização do Plano de Ação Litoral XXI e dos Regulamentos das Autoridades Portuária, visando a definição de soluções duradouras face às crescentes erosões da costa portuguesa, assim como no que concerne à segurança portuária e o controlo ambiental das atividades relacionadas com a exploração portuária.

Nota justificativa:

Portugal é um dos Países da União Europeia que mais sofre com a erosão costeira. De acordo com um relatório da Comissão Europeia, Portugal ocupa o quarto lugar dos 18 países da UE com maior erosão no litoral, em que quase um terço da costa portuguesa está a ser danificada pelo mar.

O estudo “Living with Coastal Erosion in Europe: Sediment and Space for Sustainability” elaborado pela União Europeia sobre a erosão provocada pelas atividades do Homem



no litoral da Europa, revela que esta ameaça se deve maioritariamente ao desenvolvimento intensivo e ao uso dos solos nas zonas costeiras.

No final de 2021, foi apresentado o Relatório do Estado do Ambiente (REA) 2020-21, que sendo um meio reconhecimento credível de retratar a evolução do estado do ambiente a nível nacional, se baseia numa metodologia definida pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), identifica que 40% do litoral nacional está ameaçado pela erosão.

Havendo a plena consciência do problema e da necessidade de se definirem soluções duradouras e, por conseguinte, com a devida sustentação técnica, a Administração Central tem elaborado ao longo dos últimos anos, diversos diplomas e iniciativas legislativas, com o objetivo de salvaguardar o ordenamento da orla costeira de Portugal.

O Plano de Ação Litoral XXI foi elaborado pela APA – Agência Portuguesa de Ambiente, em 2017 visando a adequada gestão do litoral através da adoção de medidas de adaptação que contrariem a crescente erosão da zona costeira e que promovam o seu planeamento, ordenamento e gestão, numa fulcral interação com os Municípios e a população em geral. Para identificar e priorizar as intervenções a realizar pelas entidades com atribuições e competências no âmbito da Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, é necessário ter em conta também documentos como os Regulamentos das Autoridades Portuárias.

Deste modo, no âmbito do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR), Portugal 2020, Fundo Ambiental (Decreto-Lei n.º 42-A/2016, 12 de agosto) e Fundo Azul (Decreto-Lei n.º 16/2016, 9 de março), foram projetados e financiados várias intervenções que tendem a responder à necessidade de prevenção e gestão de riscos, com especial ênfase para a erosão costeira e zonas portuárias.

Pelo exposto, torna-se prioritário obter um relatório detalhado sobre os resultados técnicos e ambientais decorrentes da execução de intervenções realizadas, tendo em conta as erosões costeiras e dragagem de zonas portuárias, assim como proceder à



atualização do referido Plano de Ação Litoral XXI e dos Regulamentos das Autoridades Portuárias.

São Bento, 11 de novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa